

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Sargento Damosiel
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Concorrência Pública nº 009/2012	2
Atos Legislativos		
	Ata da 2115ª Sessão Ordinária na Íntegra	2

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	NIURA CARDOSO DE SOUZA Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DA PRESIDÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2011 COMUNICADO

PROCESSO: 081/2011

NATUREZA: Concorrência nº 009/2011

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, gêneros de alimentação, limpeza, higienização/acondicionamento, elétrico/hidráulico e material de informática.

RECURSO INDEFERIDO

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima por seu Presidente e através da Comissão Permanente de Licitação comunica que, após avaliação do recurso interposto pela empresa MONTANNA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA –EPP, CNPJ nº10.618.187/0001-45 contra o resultado do julgamento dos documentos de habilitação, **decidiu indeferir-lo**, mantendo o julgamento inalterado, cujo resultado fora publicado no Diário Oficial da ALE-RR do dia 21/06/2012. Dossiê franqueado p/ vistas na sala da CPL na sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima sito à Praça do Centro Cívico, 202- Centro- Boa Vista-RR.

Ainda, nos termos do Edital em epígrafe, a Comissão Permanente de Licitação convida os interessados para, querendo, comparecer à Sessão de Abertura do envelope de proposta de preços das empresas habilitadas que ocorrerá no dia 18 de julho de 2012 às 10h na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALE-RR

Boa Vista-RR, em 13 de julho de 2012

Giselma Tonelli

Coordenadora/ CPL-ALE-RR

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2115ª SESSÃO, EM 08 DE MAIO DE 2012. 43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA. =ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS (Em exercício)

Às nove horas do dia oito de maio de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima décima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Memorando nº 109/12, de 25/04/12, do Deputado Jalser Renier, comunicando sua ausência na sessão do dia 26/04/12.

- Memorando nº 14/12, de 26/04/12, da Deputada Ângela Âgüida Portella, comunicando sua ausência na sessão do dia 26/04/12.

- Memorando nº 021/12, de 25/04/12, do Deputado Marcelo Natanael, comunicando sua ausência na sessão do dia 26/04/12.

- Memorando nº 030/12, de 26/04/12, do Deputado Jean Frank, comunicando sua ausência na sessão do dia 26/04/12.

- Memorando nº 010/12, de 02/05/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência na sessão do dia 03/05/12.

- Memorando nº 07/12, de 02/05/12, do Deputado Jânio Xingu, comunicando sua ausência na sessão do dia 03/05/12.

- Memorando nº 011/12, de 04/05/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 08, 09 e 10/05/12.

- Memorando nº 022/12, de 30/04/12, do Deputado Ionilson Sampaio, comunicando sua ausência no período de 02/05 a 08/05/12.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 018, de 24/05/12, para apreciação do Projeto de Lei que “Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima”.

- Mensagem Governamental nº 20, de 26/04/12, que delibera o Projeto de Lei que “Fixa o índice de Revisão Geral Anual, exercício 2012, preceituada no art. 37, inciso X, da CF/88, e art. 20-C da Constituição Estadual, combinando com o art. 1º, da Lei nº 769, de 5 de abril de 2010, para remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e Indireta”.

EXTERNOS:

- Carta s/n, de 13/03/12, da Associação Cultural Canarinhos da Amazônia, solicitando apoio e recursos financeiros para o Projeto de Cinema Canarinhos da Amazônia Embaixadores da Paz.

- Comunicado nº AL000098/2012, de 19/04/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

- Ofício nº 040/12, de 23/04/12, da Associação dos Trabalhadores sem teto de Roraima, solicitando despacho oficial sobre a situação das cabeceiras da ponte que fica localizada no bairro Cidade Satélite, no Loteamento Boa Esperança e Loteamento Popular do Projeto João de Barro.

- Ofício nº 067, de 27/04/12, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, referente ao mês de Março.

- Ofício nº 105/12, de 01/05/12, da Associação dos Antigos Policiais Civis e Servidores do EX-Território Federal de Roraima, solicitando aprovação de Projeto de Lei que transforma a Associação dos Antigos Policiais Civis e Servidores do Ex-Territórios Federal de Roraima, sem fins lucrativos, em entidade de utilidade pública.

- Ofício nº 086/12, de 07/04/12, do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Roraima, solicitando um debate sobre o projeto de promoção da Polícia Civil.

- Ofício nº 041/12, de 04/05/12, da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Roraima – APBM/RR, esclarecendo e informando a respeito de denúncias veiculada no jornal digital Fonte Brasil.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, gostaria, primeiramente, de parabenizar os Deputados Gabriel Picanço, Erci de Moraes e todos os membros desta Casa pelo Simpósio da Agricultura que transcorreu na semana passada, onde se discutiu um dos temas mais importante e relevantes para o desenvolvimento econômico do nosso Estado. Encaminhei, a partir do debate que houve sobre a piscicultura no nosso Estado, Senhor Presidente, um documento para a presidente da ADERR, Senhora Roserayna Maria Rodrigues Remor, e um para o Senhor Francisco de Assis Rodrigues, vice-Governador e Secretário de Agricultura deste Estado, solicitando que fosse criado um planejamento específico de bio segurança voltado para proteção do segmento de piscicultura em toda sua cadeia produtiva. Veja bem, nós tivemos aqui informações de um dos maiores piscicultores do nosso Estado, Senhor Aniceto Wanderley, que se tivermos aqui seis mil hectares de lâmina d' água, nós conseguimos dobrar o PIB, ou seja, o produto interno bruto, que é a soma de todas as riquezas produzidas no Estado. Então, ele disse: já estamos com quase mil hectares e com 6 mil hectares, Deputado Chicão, que é também do ramo de piscicultura e representa aqui o setor produtivo, vamos dobrar o PIB, e gerar emprego e renda. Então, é necessário que esse segmento tenha proteção, tenha um planejamento específico para que a produção de peixe no nosso Estado só venha a crescer, demandar bons êxitos trazendo ao nosso Estado geração de empregos e renda, e o fortalecimento da nossa economia. E, a piscicultura precisa sim de um planejamento específico voltado só para esse segmento. Foi solicitado do Senhor vice-Governador, e acordado com ele verbalmente, que seria desenvolvido um plano de bio segurança para os piscicultores. No mais, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, venho aqui falar, meu amigo Marcelo Natanael, que sei da sua indignação quanto a isso. Quero novamente cobrar aquela obra da Almerindo dos Santos que Vossa Excelência lembra que há um ano estávamos debatendo nesta Casa e, com a vontade e no papel aqui de vice-líder do Governo na época, salvo engano, se empenhou junto a Secretaria de Infra Estrutura e Obras para que aquela obra fosse concluída e para que aqueles empresários e àquelas famílias que moram nas Avenidas Bandeirantes e Ataíde Teive, tivessem a possibilidade de não serem pegos de surpresa pela enchente. Digo de surpresa, mas há vinte anos que todos os anos isso acontece. Então, que eles tivessem a dignidade e as águas não invadissem as suas casas, as suas empresas, trazendo grande prejuízos. Há 270 pequenos e médios empresários naquele setor, pessoas que sobrevivem de comércio que geram empregos e renda, mas até hoje, eles são, todos os anos, surpreendidos pela enchente. Os Deputados Flamarion e Xingú, conhecem bem essas avenidas e sabem que aquelas empresas são tomadas por águas e que os bens patrimoniais ficam comprometidos. Agora, novamente no início do inverno já se presenciou a questão do alagamento. Veja bem, eu vinha acompanhando as obras, foram convocadas três audiências públicas naquelas ruas, alguns dos Senhores Deputados estiveram presentes, conversei com o Secretário de Obras, o Senhor Cacá, com a subsecretária de obras, com o Deputado Federal Luciano Castro, que é o autor da emenda, e tudo ficou acertado para que as obras fossem concluídas até o final do mês de maio. Pois bem, há duas semanas as obras estão paralisadas, os proprietários das empresas Blocos Engenharia e de uma outra empresa, me disseram que não vão continuar o serviço, porque os pagamentos não estão sendo efetuados conforme o planejamento da obra.

Tentei conversar com o Secretário de Obras de Infraestrutura e não consegui. Liguei, deixei mensagem, mas ele não me retornou. Deputado Rodrigo Jucá, Vossa Excelência que foi Presidente do SEBRAE sabe o quanto os empresários e as empresas são necessárias para geração de emprego e renda e para o fortalecimento da economia do nosso Estado. Novamente as empresas estão trabalhando nas Avenidas Bandeirantes e Ataíde Teive, mas elas estão sendo novamente inundadas, as pessoas estão perdendo seu patrimônio, perdendo a sua dignidade e o Governo do Estado não vai conseguir concluir aquela obra a tempo, evitando que eles sofram tantas decepções e tantos prejuízos.

Fiz um levantamento minucioso, fui em todas as empresas, visitei as residências, está aqui a relação com o nome das pessoas, inclusive, com os prejuízos de cada uma. Vejam bem, há empresas com

quatro meses, 15, 20, 22 anos que foram instaladas ali e, os prejuízos são enormes. Olha, uma empresa perdeu vinte mil reais em mercadoria, outra 30 mil reais, outra foi obrigada a fechar as portas, os donos de casa perderam móveis, os filhos não podem sair de casa para ir à escola porque não há passagem. Inclusive, foi passado um vídeo aqui nesta Casa, mostrando que as pessoas andavam naquelas avenidas de barco. É um absurdo ainda hoje isso acontecer na capital do nosso Estado. Imagine, Deputado Rodrigo, no interior do Estado, onde o desmando é maior. Deputado Mecias, no domingo eu fui com os Deputados Paulo César Quartiero e Soldado Sampaio até a comunidade de Campos Novos. Lá, pediram encarecidamente que nós tomássemos providências no sentido de tornar aquelas estradas trafegáveis. Campos Novos hoje é um dos maiores produtores de banana do nosso Estado, em qualidade já ganha da nossa querida Caroebe e de Entre Rios, mas lá os produtores não têm condições de escoar a produção de banana porque as estradas estão intrafegáveis. E, Deputado Joaquim Ruiz, na região que Vossa Excelência conhece muito bem, e tem trabalhado também por aquele povo, produzir não é fácil, eles não conseguem escoar a produção porque não há estrada. A situação é muito difícil, é de causar uma indignação tremenda ao produtor e a classe política, porque estamos aqui para representá-los. Eu ouvi o relato de um produtor que colheu a banana, colocou em um caminhão baú, no caminho o veículo atolou, passou dois dias atolado, a banana amadureceu toda, e ele perdeu toda a produção porque não conseguiu transportar essa banana até o mercado do Amazonas.

Então, gostaria de deixar a indignação daquele povo lá de Campos Novos que tem tanta vontade de trabalhar, mas o governo não ajuda sequer no seu papel fundamental que é dar a infraestrutura necessária para que eles possam, no mínimo, escoar a sua produção.

E quero aqui, Deputado Marcelo, Vossa Excelência que é da área, que compõe a base do governo, e que já me ajudou uma vez, pedir o seu apoio para cobrarmos da Secretaria de Obras e Infraestrutura, novamente do Senhor Secretário, do Senhor Governador, de quem quer que seja, que tenha a responsabilidade de dar continuidade aquela obra para que agora, no mês de junho ou julho, aquelas pessoas tenham pelo menos a esperança de que essa obra seja concluída para que eles não tenham suas residências, suas empresas alagadas por falta de responsabilidade do poder público que aqui já se comprometeu por várias vezes, e ainda não conseguiu resolver a questão.

Conto com o apoio e o auxílio de Vossa Excelência para isso. Permito um aparte ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Brito, quero colocar algumas palavras que podem corroborar com o seu pronunciamento.

O Governo do Estado está asfaltando a via principal que liga Campos Novos ao Apiaú, principal estrada para escoar a produção. Coloquei, na minha emenda, recursos para recuperar a vicinal 6 e a 2 que dão acesso a dois polos produtores de banana. O que ocorre, e qual é o grande gargalo ali? É que a continuidade da vicinal 06 é projeto de assentamento do INCRA, a vicinal 03 é de outro projeto de assentamento do INCRA, e aí, o governo não tem capacidade de entrar com um projeto de recuperação. Eu fui ao INCRA, falei com o Superintendente Tonho, o Presidente havia destinado recursos para Rorainópolis, para outros projetos, e não destinou recursos para os projetos de assentamentos que são seis, que equivalem a 452 quilômetros de estradas no município de Iracema. A situação de Campos Novos não é diferente da dos outros quatro projetos de assentamento que existem no município de Iracema.

Então, só queria corroborar com Vossa Excelência e dizer que no Governo do Estado há erros, lógico que há, como todo governo tem, mas o governador está fazendo a parte dele com investimento pesado em asfaltamento lá, tentando arrumar o eixo principal do desenvolvimento que é a principal estrada. E, a parte que cabe ao governo federal, fica nos devendo. Está devendo ao povo de Campos Novos a recuperação das estradas e vicinais do projeto de assentamento e, não consta recursos no orçamento deste ano, porque o INCRA não alocou recursos para o município de Iracema.

Obrigado, Deputado Brito. Mas, aproveito o espaço para fazer um apelo ao Presidente da Mesa, pois não me encontrava presente no momento em que me chamaram para o Grande Expediente, porque me encontrava com a Secretária de Educação, haja vista que vamos ter uma Audiência Pública da Comissão hoje, à tarde. Portanto, aproveito esse momento para convidar os demais Deputados a participarem e, gostaria que fosse reconsiderada a oportunidade de eu poder usar o Grande Expediente.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Obrigado, Deputado Joaquim. Agradeço o Vossa Excelência por esse esclarecimento. Entendo que, com relação ao assentamento do INCRA, é o governo federal que tem essa competência de alocar recursos e tornar trafegáveis aquelas rodovias, vicinais que são tão necessárias. Mas o que ocorre realmente, é que o homem do campo está sofrido, então, que sejam responsabilidades do poder público federal, estadual ou municipal. Nós, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, somos obrigados a cobrar providências a quem quer que seja o responsável, o que não pode é continuar, como Vossa Excelência usou esse termo, aquelas pessoas sendo marginalizadas, mas que lhes sejam dados, Deputado Marcelo Natanael, o direito de ir e vir, que é constitucional. A Constituição Brasileira nos dar esse direito fundamental, inclusive, nós aqui, enquanto Poder Público, ficamos transferindo as responsabilidades para o Presidente da República, que por sua vez, transfere para o Governo do Estado, que transfere para as prefeituras, enquanto isso, o povo sofre, o homem do campo é marginalizado. Tivemos aqui um Simpósio de Agricultura e foi consenso de todos os Deputados, dos segmentos produtivos como um todo e do povo em geral, pois até o leigo sabe que a única saída para o fortalecimento econômico do nosso Estado é o setor produtivo. Temos que produzir, investir em agricultura, pecuária, em agroindústria, mas não se ver isso na prática. Se o meu carro não fosse traçado, não teria sequer trafegado naquela estrada e, tivemos que desatolar três carros e olha que o inverno está apenas começando.

Então, Deputado Joaquim, Senhoras e Senhores Deputados, nós temos sim, que cobrar providências, seja o governo federal, através da nossa bancada federal, ou através dos nossos três senadores, do governo estadual, através dos Deputados Estaduais, seja de situação ou oposição porque é uma obrigação nossa. E, se for dos municípios, dos vereadores, ou seja, de todos nós como representantes do Estado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores que estão no plenário, Senhor Deputado Mecias, nós participamos de uma audiência com o Ministro do Conselho Nacional de Justiça, e aconteceu um fato que se eu não fosse Deputado, não teria uma solução para a situação. Prestem bem atenção os Senhores Deputados aqui presentes, os órgãos de fiscalização, quando vão punir qualquer gestor público, o caso virá manchete de jornal e, muitas vezes, passam dois, três, quatro anos para que possam provar a inocência. É evidente que há pessoas que cometem delitos e essas pessoas têm que ser punidas, mas, existe o inverso da moeda. Em 1994, Deputado Remídio, a Caixa Econômica me denunciou ao Banco Central, colocando restrição no meu nome devido aos contratos de habitação da CODESAIMA. O erro já começa, Deputado Mecias, em colocar restrição por causa de uma dívida que não era da CODESAIMA, pois a dívida dos conjuntos habitacionais era do Território Federal de Roraima, haja vista que, na transformação para Estado, a União impôs, na época, que o Estado assumisse uma dívida que não era dele. Deputado Flamarion, há três ou quatro sessões passadas abordou-se esse assunto aqui. O Deputado Mecias colocou o problema do endividamento do Estado, que é um endividamento crescente, que nasceu na gestão territorial. Pois bem, na época que eles me acusaram, Deputado Mecias, estão aqui os documentos, eu era vice-prefeito de Boa Vista, no ano de 1991. Eu nunca tive problemas com a Caixa Econômica Federal, mas meu nome até hoje, está com restrição no Banco Central. A minha filha que faz medicina em Manaus perdeu o FIES, porque eu tenho restrição no Banco Central. Eu não posso fazer financiamento, não posso sequer aumentar o meu limite do cheque-especial, nem do meu cartão. Eu fui ao Banco do Brasil pedir o espelho para saber o que eu estou devendo e, me informaram que eu tenho restrição no Banco Central por débitos com a Caixa Econômica. Fui na Caixa Econômica, pedi que me explicassem qual era essa restrição e, fui informado que eu não tinha restrição nenhuma, que foi um equívoco que eles cometeram e que já pediram, em 2008, a retirada da restrição do meu nome junto ao Banco Central. Eles me deram um número 0800 do Banco Central, liguei, mas alegam que não podem fazer nada, mesmo que peça para retirar o meu nome alegando que eu não tenho restrições, cabe a Caixa Econômica o pedido de retirada, entretanto, esse alega que já pediu ao Banco Central que retire a restrição do meu nome. E, o Banco do Brasil, por ser um Banco oficial alega que não tem poder para resolver o problema, que compete a Caixa resolver a questão, ou seja, está um jogo de empurra, empurra. O que quero dizer com isso? Eu só tive acesso a essa documentação porque sou Deputado Estadual. Agora, quantos cidadãos

brasileiros estão numa situação como essa, sem terem acesso a nada, porque eles não fornecem essas informações, que são reservadas aos Bancos oficiais. E aqui, no nosso Estado, sequer há uma ouvidoria do Ministério Público Federal, uma ouvidoria da Procuradoria da Fazenda Nacional para que possamos mostrar o absurdo que é cometido com o cidadão brasileiro. Há restrição sem a pessoa ter contraído nenhum empréstimo com Bancos oficiais brasileiros. Agora, tenho que contratar um advogado. E a pessoa comum, como vai ter acesso a isso? E se amanhã o filho de um cidadão brasileiro precisar fazer um FIES ou o financiamento da casa própria, estarão fora do processo? E, eles nunca vão ter acesso a documentação como eu tive, porque sou Deputado Estadual, porque hoje exerço um cargo público, tenho acesso às autoridades que compõem os Bancos oficiais de Roraima. E, Deputado Marcelo, a única solução é entrar com um mandato de segurança. Então, é um absurdo, pois os órgãos de fiscalização são criados no Governo para punir nos rigores da lei. Mas, os rigores da lei não valem para solucionar o problema do cidadão comum do nosso país. Essa é a nossa realidade no Brasil. E, quando estive aqui o Ministro do Conselho Nacional de Justiça, na presença da Deputada Aurelina e do Presidente da Casa, expus a ele esse tipo de absurdo que acontece com o cidadão brasileiro e, que nenhuma providência está sendo tomada. Isso não acontece só na área dos Bancos, mas, também, na área da saúde, onde há falta de acesso ao que é um direito do cidadão, como por exemplo, quando se precisa de uma cirurgia de alta complexidade e há extrema dificuldade para resolver a situação, sendo que a saúde é direito constitucional do cidadão brasileiro. É lamentável o que vem acontecendo e as coisas que eu tenho conhecimento, venho a esta Tribuna e faço a denúncia. E, um outro caso muito específico no nosso Estado é tentar conseguir a aposentadoria aqui. Sabe o que tem acontecido? Há pessoas que não conseguem se aposentar aqui, vão para Rondônia, para o Amazonas passam seis meses e voltam, porque para o cidadão comum se aposentar aqui, Deputado, só faltam pedir para ele a certidão de óbito. O INSS, que é um órgão oficial do Governo que deveria facilitar a vida de quem já fez a sua história contribuindo para o país, cria todas as dificuldades para aposentar o cidadão brasileiro aqui, no nosso Estado. Eu tenho um amigo que precisou ir a Rondônia para se aposentar, passou seis meses lá, conseguiu a aposentadoria e voltou, porque não conseguiu se aposentar aqui. Há uma senhora que era casada com um professor do município de Iracema, com contrato de união estável, o companheiro dela faleceu em um acidente há dois meses e, o INSS alegou que aquele contrato de união estável não era um documento que legalizava o relacionamento dos dois e ela não teve direito ao benefício da pensão. Essa senhora foi vender produtos nas ruas para sobreviver. Então, Deputado Chagas, é um absurdo como os órgãos federais tratam o cidadão brasileiro. Essa era a denúncia que eu quis colocar para que a imprensa tenha conhecimento de que nós somos maltratados mesmo pagando os nossos impostos junto ao Governo Federal.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, caros colegas Parlamentares, o nosso cordial bom-dia a todos que nos acompanham através do sinal da rádio comunitária Anauá e da rádio Parente. Quero fazer uma reflexão e convidar os Senhores Deputados para atentarmos para fatos que estão acontecendo. Eu acompanhei, Deputado Erci, nesta última semana, dois fatos que me preocuparam enquanto integrante da Polícia Militar que fui, por mais de vinte anos. Há um blog que tem permitido a postagem de matéria, de forma anônima, atacando as pessoas. Primeiro, foi uma postagem atacando a Deputada Aurilena, que é vice-Presidente desta Casa, através de uma mensagem caluniosa, desrespeitosa, antiética, criminosa em razão do posicionamento da Deputada Aurelina que até foi contrária ao meu no tocante aos vetos do Executivo ao Estatuto dos Militares do Estado. E, esse posicionamento, pode ter certeza Deputada Aurilena, não reflete o pensamento dos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros até porque, o fizeram de forma anônima e não acredito que possa ter partido de um policial militar. Mas, o fato de ter sido feito em um blog que é administrado por uma Associação dos Policiais Militares, não deixa de responsabilizar aqueles que administram esse blog, porque eles têm que fazer um crivo, um filtro de todas as mensagens. E, essa semana, muito embora a repercussão negativa perante aquela associação da postagem anterior com relação à Deputada Aurelina, saiu uma outra postagem em relação ao Comandante do Policiamento da Capital e também em relação aos oficiais de forma generalizada. Então, são postagens preconceituosas que visam única e exclusivamente causar instabilidade nas instituições e na sociedade.

Dessa forma, por ser um Policial Militar, por conhecer os integrantes da corporação, as pessoas que foram atacadas, eu não poderia, de forma alguma, permanecer em silêncio diante dessa situação. Nós estamos vivendo num estado democrático de direito onde temos representação política para buscamos a defesa dos interesses da sociedade e, é através da articulação política, da arte do convencimento que se busca o entendimento e a aprovação das matérias. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros tem tido uma série de conquistas ao longo dos anos e, todas essas conquistas são frutos de intensas articulações políticas, de intensa negociação, não só âmbito do Poder Legislativo, mas, principalmente, na formação dos projetos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, passando convencimento na PROGE, na SEPLAN, na Casa Civil, enfim, em todos os órgãos que estão ligados diretamente a essas questões. Assim foi quando conseguimos elaborar e aprovar a lei da Polícia Militar. Lembro-me que, naquela oportunidade, fui integrante da Comissão que elaborou o Projeto de Lei que resultou na Lei 051 e, que o Governador queria dar um salário de apenas 700 reais aos soldados da Polícia Militar mas, foi através da negociação inteligente, articulada, que chegamos a 1.400,00 reais o salário, e não através de ataque nos jornais, site, blogs, contra a honra do Governador ou de quem quer que seja. E, foi assim que criamos o quadro especial, de praças, com negociação, que conseguimos o aumento dos efetivos da PM, que conseguimos, Deputada Aurilena, a promoção por 29 anos e seis meses e, Vossa Excelência, nos apoiou nesta Casa. Foi assim que conseguimos trazer para cá o Estatuto dos Militares, que foi aprovado com Emendas, mas trouxe muitos avanços e direitos conquistados como, por exemplo, a criação do quadro especial de oficiais, dentre outras conquistas. Tivemos Veto sim, perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra. E, nós vamos continuar trabalhando na elaboração do novo Projeto que trata da questão previdenciária. Agora, ataques dessa natureza, de forma anônima, não contribuem em nada para o processo democrático, para a política, para a negociação, pelo contrário, acaba prejudicando. Então, quero dizer que não concordo com esse tipo de posicionamento no tocante aos ataques feitos a nossa colega Deputada Aurelina, pois temos tido posicionamento contrário. Mas, tenho certeza que, na negociação, na articulação, na construção desse novo projeto, vamos chegar a um entendimento. Foi também, através da negociação política, que conseguimos aprovar o Colégio Militar. Fiquei muito triste com essa posição, de forma anônima, pois isso atrapalha. Esse não é o pensamento da grande família do policial militar e nem da grande família dos bombeiros militares, até porque, nós, policiais militares, temos agentes da cidadania e jamais permitiríamos que alguns integrantes tivessem a conduta que essa pessoa teve, ao fazer calúnias até mesmo contra os familiares da Deputada Aurilena. Não é esse o posicionamento de um profissional, de um agente da cidadania. Em defesa do Policial Militar e dos Bombeiros Militar, dos integrantes dessas duas Corporações, que faço esse pronunciamento, Deputada Aurelina, dizendo que temos um profundo respeito por esta Casa Legislativa, reconhecemos o trabalho que esta Casa vem fazendo ao longo dos 20 anos, sempre tratando as matérias de interesse da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros com o mais profundo respeito, por aquilo que representam a sociedade roraimense, bem como tem sido feito com todos os projetos de lei que vêm para esta Casa. A questão específica do Estatuto realmente é uma matéria controversa. Eu me debrucei sobre essa matéria e estudei muito e, Vossa Excelência, com certeza atuou como a maioria dos Deputados que acabaram mantendo os Vetos, até porque, no final acabou havendo entendimento para que mantivéssemos a promoção de 29 anos e seis meses. Através de uma negociação, conseguimos com o Poder Executivo que o governo, no prazo de 180 dias, mandasse um projeto junto com os caculos autoriais, necessários para que se possa tratar da questão da aposentadoria com proventos integrais, assim como acontece nos demais Estados da Federação e no Distrito Federal.

Então, Deputada Aurelina, nós sabemos que essas afirmações não contribuem em nada para os debates políticos. Acredito que esse deva ser o entendimento daqueles que administram o blog da Associação dos Policiais Militares, até porque, a postagem foi anônima. E, nesse sentido, Deputado Sampaio, Vossa Excelência que tem uma ligação mais estreita com a Associação, tenho certeza que essa não concorda com esse tipo mensagem. Ela poderia e deveria muito bem externar isso, sob pena de estar sendo conivente com essa postagem. Acho que a Associação, que é uma entidade de interesse de toda a categoria, tem que se posicionar sobre isso, para mostrar que sempre vai defender os interesses dos seus associados. Eu, Vossa Excelência, o Deputado Sampaio e outros que não são dessa categoria, defendemos os interesses

da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e, a associação devia continuar lutando por eles, mas não permitindo esse tipo de posicionamento, porque isso não contribui, apenas atrapalha o processo democrático na discussão dos projetos.

Eu estarei sempre aqui, junto com os Senhores, brigando, defendendo os interesses daqueles que prestam a segurança ao nosso Estado, a sociedade, sempre repetindo os princípios democráticos do bom debate, da boa articulação e jamais permitindo esse tipo de comportamento, ou seja, ataques a qualquer que seja a pessoa, do mais simples cidadão a mais alta autoridade. Meu cordial bom dia. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Inicialmente, quero lamentar uma situação, Deputada Aurilena. Eu, como Vossa Excelência, sou servidor antigo do extinto Território e, durante muitos anos da minha vida, desenvolvi minhas atividades na Secretaria de Obras. E, ontem, uns colegas engenheiros que lá trabalham me disseram: “poxa vida, o Ministério do Trabalho interditou a Secretaria de Infraestrutura por falta de condições de trabalho devido à precariedade na sua estrutura interna”. Isso me entristeceu profundamente. Hoje, é manchete de capa do jornal Folha de Boa Vista dessa interdição. Da mesma forma, a Imprensa Oficial também foi interditada pelo mesmo motivo. Então, quero registrar esse fato, porque a Secretaria de Infraestrutura é um órgão vital para o Estado, principalmente nesse período de chuvas onde as estradas ficam em uma situação precária, as pontes caindo. Nesse sentido, é prudente que se busque um outro espaço para a Secretaria de Infraestrutura voltar a funcionar. Lembro-me que há poucos dias atrás, na Comissão de Educação, a Secretária Lenir chegou a dizer que a Secretaria dela estava numa situação muito difícil, e logo as providências foram tomadas, mas, infelizmente, não houve a mesma preocupação com a Secretaria de Infraestrutura. Eu queria hoje, Deputado Gabriel, falar sobre algo que Vossa Excelência já abordou aqui. Vossa Excelência já fez indicação ao governo de Roraima para que se processe, com a maior rapidez possível, as transferências das terras que hoje são de domínio do Estado de Roraima para os municípios. A União fez essa transferência em fevereiro de 2009 e já faz 3 anos que esse nosso sonho foi realizado. Foi uma luta antiga da Bancada de Roraima e hoje, temos algo em torno de 6 milhões de hectares a nossa disposição. Quero destacar que, para essa regularização, foram destinados 30 milhões de reais para regularizar aproximadamente 18 mil lotes, dando segurança jurídica ao produtor, tranquilidade para investirem. Precisamos também, discutir a legalização urbana, pois temos os nossos municípios com indefinição urbanística real, muitos deles sem nenhuma perspectiva de elaborar um projeto social. Inclusive, no município de Boa Vista, na nossa área urbana, também vivemos essa insegurança jurídica. Temos bairros como Pricumã, Liberdade, Bairro dos Estados, área nobre do São Francisco, Sílvio Botelho, Santa Luzia, todos esses bairros não têm como titular suas áreas porque o Estado não transfere para o município as terras que deveriam ser legalizadas e fica, então, a insegurança. O proprietário não pode buscar empréstimos para melhorar sua residência nesses bairros porque não tem o título para garantir o acesso ao crédito, e o município fica impossibilitado de discutir seus planos diretores, suas mobilidades urbanas. Nós já percebemos que no horário de pico aqui, em Boa Vista, o tráfego fica bastante conturbado. As cidades do Brasil a fora estão pensando nesses projetos de mobilidades urbanas que são vitais para que o cidadão perca menos tempo de casa até o trabalho, até a escola dos filhos. E, a cidade de Boa Vista tem essa tendência de crescer horizontalmente, consequentemente, precisa de área para trabalhar essa questão urbanística, verificando, também, suas áreas de preservação. É importante querer prosperar, crescer, mas mesmo nas áreas urbanas, temos que pensar nas nossas áreas de preservação. Portanto, fica aqui um apelo, já que o Deputado Gabriel fez uma indicação para que o Estado acelere as transferências das áreas para o município, pois, independente de cor partidária, devemos pensar na sociedade e, assim como estão pensando em dar condição política para melhorias no campo, devem pensar também na área urbana.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Estou preocupado com essa interdição. Eu acredito que não seja má vontade do governador e sim, má gestão dos Secretários, porque não podemos acreditar que uma Secretaria como a de Obras foi interditada, tendo uma equipe técnica de engenheiros que podem dar manutenção a esse prédio. Estou preocupado que daqui a alguns dias possam interditar o Estado de Roraima, porque as estradas vão ficar intrafegáveis. A Secretaria de Educação já mudou de prédio, a de Obras já foi interditada, nos prédios públicos a energia está sendo cortada. Vamos fazer o que? Estou preocupado com isso. Quero pedir ao governador que determine

aos secretários que assumam o cargo para o qual foram nomeados. Não é justificável interditar o hospital, a Secretaria de Obras, daqui a alguns dias estaremos em um Estado totalmente interditado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. – Realmente a preocupação de Vossa Excelência é procedente. Eu acho que a estrutura pública tem que funcionar a contento e seus servidores têm que ter condições de trabalho. Portanto, Deputada Aurilena, Vossa Excelência que entende dessa questão como ninguém, sabe que é a hora de nós parlamentares, pedirmos celeridade ao executivo para que processe o mais rápido possível essa transferência das terras, principalmente para o município de Boa Vista onde 65% da população do Estado mora aqui e, para que isso aconteça basta que o governo de Roraima apresente um projeto de lei a esta Casa, que com certeza vai debater com responsabilidade e vai aprová-lo fazendo com que o município tenha autonomia para resolver os problemas de vida.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Quero me juntar a Vossa Excelência e apenas discordar do que disse o Deputado Gabriel, que o governador não tenha conhecimento, pelo contrário, o governador sabe das condições de todas as secretarias do Estado, principalmente da Secretaria de Infraestrutura, porque é lá que ele despacha, faz os cálculos necessários para a sobrevivência das aves de rapina que lhe acompanham. Ele vive lá, conhece aquele prédio como ninguém, pois já foi secretário de obras e é lá que faz 90% dos seus despachos. Além dessa secretaria estar interdita, está interdita também a Imprensa Oficial, que é onde se publica os atos oficiais do governo do Estado. Acredito que ele deixou essa interdição acontecer, de propósito, para não dar publicidade aos atos criminosos, cuja maioria não podem ser publicados.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Fica mais uma vez o apelo para que o Executivo dê a devida atenção, destine a esse tema uma consideração absoluta no sentido de transferir as terras que pertencem ao município, conseqüentemente à sociedade. Obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há alguns dias eu não vinha a essa tribuna, até porque, falamos aqui o que pensamos, mas estilo de fazer política nunca foi de criticar nem de polemizar, o meu estilo sempre foi trabalhar. Trabalhar não em troca de voto, pois não tenho como moeda de troca as minhas palavras. E, quero agradecer, começando pelo Deputado Chagas, pela solidariedade prestada a minha pessoa em função do que ocorreu, e dizer que, de alguma forma, o fato ocorrido, talvez não me atinja do ponto de vista político, até porque, quem me conhece sabe que fui relatora da lei que dispõe sobre a carreira, remuneração e o quadro de organização e distribuição do efetivo da polícia militar em 2001. Fui relatora e esta Casa foi ocupada por mais de 1000 policiais militares trazendo suas reivindicações e, nenhuma reivindicação trazida naquele momento, inclusive a redução do interstício para promoção, foi rejeitada por essa relatoria. Os quadros da PM foram organizados, mais vagas foram criadas, várias situações, principalmente as que beneficiavam os praças, foram relatadas através de emendas feitas por essa relatora e por esta Casa. Mas, em compensação, no final de 2002, nas eleições, nunca fui a PM dizer que fiz, relatei, briguei pela aprovação da lei deles e que eu queria o voto de cada um. Eu nunca fiz isso porque sempre entendi que o meu universo como política é o Estado de Roraima, todas as categorias funcionais e as pessoas que aqui residem. Eu nunca temi, diante de quem quer que seja, de ter meus posicionamentos, repondo por eles e isso me caracteriza muito bem como política. Lamento imensamente o fato ocorrido e vou ler aqui. Em relação à lei previdenciária, já constava nesse projeto aqui, aposentadoria com salário integral, nesse projeto aprovado em 2001, dependendo apenas da lei previdenciária e, talvez por desconhecermos a legislação e suas funções, não tenham brigado para regularizar o que faltava nessa lei. Lamentei profundamente os vetos ao projeto e, nunca escondi de ninguém o meu posicionamento. O projeto foi votado pela maioria absoluta, inclusive pela oposição, num acordo de gente grande que foi feito nesta Casa, com cuidado para não prejudicar os policiais militares e bombeiros militares. A mensagem me causou estranheza e eu vou ler aqui, e me desculpem pelas palavras porque são palavras impubescíveis, mas merecem ser lidas. A reportagem da Folha de Boa Vista falando sobre os vetos dizia apenas que eu conduzi a Sessão, um comentário anônimo. Entretanto, queria dizer que cada entidade é responsável pelo Blog que possui, pois existe aqui uma lei afirmando não existir o anonimato, o que se posta é assegurado por lei e quando não se identifica a publicação, a instituição é que responde. E, foi postado um comentário anônimo que dizia o seguinte: “Não falei para vocês que essa vagabunda, filha da... iria embaçar nosso Estatuto. A PM em Roraima não tem mais o que

esperar, vamos para a justiça derrubar esses vetos. E, aos companheiros da PM que fazem o patrulhamento de rua, vamos cair de pau nos familiares, parentes, amigos e simpatizantes dessa vaca. Vamos prender até quem chupou um bombom de licor e acusou o álcool, vamos detoná-la e os guachebas do Zé cassado, pois o que ele está fazendo não tem nada a ver com a... de inconstitucionalidade nenhuma.” E, citou outro palavrão que eu até me envergonho, de dizer porque não é da minha índole: “é vingança desse filho de uma... contra nós por causa da greve, ele não perde por esperar, o que é dele está guardado, esse macumbeiro, cornildo pode escapar de um raio, mas da ira de Deus por suas injustiças, ele não vai escapar”.

Eu queria dizer, Coronel Chagas, que tenho muitos amigos na PM e sei que esse não é o pensamento de pessoas de boa índole, de bom caráter e de boa fé, mas em todo lugar há pessoas sem caráter também. E, estou aqui, hoje, para dizer que nós estamos tomando todas as providências cabíveis, pois é inaceitável que um site de uma Associação possa deixar passar matérias dessa natureza. Não sei se eles sabem, dada tamanha ignorância, quem postou isso, mas eles também são sujeitos à lei.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalser Renier – Deputada Aurelina, lamento profundamente esse fato, até porque, também sou testemunha do seu empenho em favor da aprovação dos projetos da Polícia Militar do Estado de Roraima. Vossa Excelência possui um vasto conhecimento e tem grande experiência nesse Estado, tem o respeito de todos os seus aliados e amigos. E, eu me contraponho contra essas calúnias feitas por pessoas despreparadas psicologicamente para escrever o que foi colocado aí. Mas, tenho certeza que isso não vai atingi-la, porque Vossa Excelência tem o respeito e a solidariedade de seus amigos. Por essa razão, quero dizer que de uma grande parte, senão da maioria dos projetos da Polícia Militar do Estado de Roraima, a Senhora sempre esteve à frente, ou como Presidente, como Relatora, como aliada defendendo os interesses dessa classe, e não merece o que está sendo escrito contra a sua pessoa. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputada Aurelina, semana passada, no momento em que lia a coluna que trouxe todas essas agressões feitas à Senhora, Vossa Excelência estava ao meu lado e de imediato lhe indaguei se não daria uma resposta porque, inclusive, eu gostaria de me manifestar sobre o que estava sendo dito. Então, nessa oportunidade, quero me solidarizar com Vossa Excelência, pois sei como incomoda, como nos agride esse tipo de coisa injusta que, eventualmente, falam a respeito de nós e, honestamente, esperava uma reação mais enérgica por parte desta Casa, inclusive, do nosso caro Deputado Soldado Sampaio, que é o Deputado vinculado e parceiro dessa Associação. Não estou dizendo que tenha culpa pelo que foi escrito, mas, entendo que Vossa Excelência deveria se posicionar firmemente contra isso, pois não é porque defendemos uma causa, ou uma classe, que não podemos admitir o erro que nossos defendidos, colegas, possam ter cometido. Então, quero aqui dizer à Senhora que corra atrás dos seus direitos, pois é importante combatermos e confrontarmos esse tipo de acusação. E, quero dizer também que estamos aqui ao seu lado para coibir esse tipo de injustiça.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputada Aurilena, fiquei estarecido com o teor desse Blog. Entendo que Vossa Excelência tem todo o direito de se defender e acredito que esta Casa também deve agir, interpellar e acionar, através de todos os meios possíveis essa Associação que certamente tem responsabilidade jurídica e é responsável por este Blog, porque é inadmissível os termos que foram utilizados nessa matéria, parece até que nós voltamos aqueles tempos onde se dizia tudo o que queria e ficava por isso mesmo. Hoje, vivemos na égide de um regime democrático e transparente, mas há que haver respeito pela pessoa e, principalmente, pelo Parlamentar, mesmo que esse seja adversário ou desafeto de quem quer que seja. Eu estou hipotecando minha solidariedade por não concordar com o absoluto deste tipo de procedimento praticado por elementos despreparados para conviverem no regime democrático. Então, acho que Vossa Excelência deve usar todos os recursos, inclusive os judiciais, a seu favor e deve contar sim com a solidariedade desta Casa. Nunca gostei de pronunciar aqui a palavra repúdio, pois acho que deveria ser riscada do dicionário, mas, nesse caso, uma moção de desagravo se faz absolutamente necessária e, vamos encaminhar de imediato um requerimento nesses termos. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Deputada Aurilena, vou começar lembrando um pouco da nossa história. Quando Tancredo Neves foi ao colégio eleitoral, foi questionado por que um homem que sempre defendeu a democracia plena iria ao colégio eleitoral participar de uma eleição direta? A resposta de Tancredo

Neves foi cristalina, ele disse: “Vou ao colégio eleitoral para que nunca mais o Brasil passe por esse momento vergonhoso e para que, a partir daqui, a gente restabeleça uma democracia plena nesse Brasil”. E hoje, graças a Deus, nós vivemos esse momento de democracia plena. E aí, Deputada Aurelina, independente de Vossa Excelência ser uma Parlamentar que representa a sociedade, Vossa Excelência é uma cidadã, é uma mãe de família, uma pessoa que contribui para que a sociedade de Roraima viva melhor e, como Parlamentar, recebeu uma delegação, uma carta da sociedade para representá-la nesta Casa. E, quero dizer que as ideias convergem e divergem, as pessoas podem concordar ou discordar com algum posicionamento, isso é absolutamente natural no processo democrático, o contraditório deve ser até entendido como salutar nesse processo, mas, jamais se perder o respeito, jamais se agredir a honra e a integridade de uma pessoa como Vossa Excelência. Assim como eu ou como muitos aqui, somos queridos por uns, odiados por outros, uns nos querem bem, outros têm mágoa de nós, raiva, mas isso também faz parte, só não é aceitável chegar ao desrespeito. Portanto, trago aqui, conhecendo Vossa Excelência há tantos anos, pois antes da política sempre derramou seu suor por esse povo, tentando ajudar, tentando construir um Estado melhor, tentando dar sua parcela de colaboração, a minha total solidariedade nesta questão. Nós não podemos aceitar esse absurdo que é indigno para com uma sociedade que se quer respeitar. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputada Aurelina Medeiros, também já fui em certos momentos atacado por blogueiros que tentaram difamar minha vida pessoal, não no nível que Vossa Excelência foi atacada, mas também já fui. Quem me atacou, pelo menos escreveu o nome embaixo. Com Vossa Excelência a pessoa foi tão covarde que lhe atacou de maneira anônima e mentirosa, de maneira a tentar denegrir o seu caráter e a sua dignidade. Todos nós sabemos aqui do seu trabalho e de sua desenvoltura junto a este Parlamento, a esta Assembleia. Quero dizer que estou solidário a Vossa Excelência e que esta Casa tem sim que retrucar contra todas essas acusações que foram feitas e, principalmente, por terem parido de pessoas anônimas, com sentimentos apócrifos, para denegrir a imagem de um Parlamentar, que é o representante do povo. Quero também aqui, fazer justiça com o Deputado Sampaio. Quando o Deputado Rodrigo Jucá falou que ele deveria se posicionar, eu conversei a respeito com o Deputado Sampaio e ele me disse que não tem conhecimento da pessoa que fez tal ataque e que não compactua com esse tipo de atitude. Foi o que conversamos e deixamos bem claro que concordamos que esse Blog seja responsabilizado por esse tipo de atitude mentirosa e irresponsável contra Vossa Excelência. Estou solidário com Vossa Excelência e também digo que conte sempre comigo no sentido de defender a Senhora contra esse tipo de acusação falsa. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Deputada Aurelina, quero também ser solidário a Vossa Excelência, tenho certeza que a senhora não tem esse perfil. A Senhora me conhece e eu a conheço há vários anos, antes mesmo de ser Deputada e, sei que Vossa Excelência sempre atuou pelo bem desse Estado. E, quero também pedir a essas pessoas para que, antes de fazerem esse tipo de acusação, analisem bem o resultado, pois todos nós, pessoas públicas, temos parentes, familiares e fatos como esses, são ruins para a nossa imagem. E a Senhora, tenho certeza, não tem culpa desse projeto ter sido vetado, pois sabemos que foi uma negociação feita dentro desta Casa e, por isso, não pode ser exposta dessa maneira. Quero ser solidário a Vossa Excelência e dizer que estou aqui para lhe defender naquilo que for preciso. Obrigado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Ângela Portella – Deputada Aurelina, não poderia deixar de me pronunciar a respeito do acontecido, enquanto Parlamentar, mas, principalmente, enquanto mulher, pois valorizo a família. Sou totalmente contrária àquelas palavras escritas de forma leviana que não só ofenderam a autoridade, mas que se estenderam a sua pessoa, a seus familiares. Nós temos que reavaliar, repensar até que ponto deve chegar a liberdade de expressão quando se usam dessas artimanhas, de forma covarde, para ofender a honra de uma pessoa. Não esquecendo que a senhora representa uma boa parte da população já que teve uma votação muito expressiva. Então, quero dizer que estou solidária a Vossa Excelência e peço a todos para realizarmos toda essa problemática de usarem as mídias sociais, de forma a denegrir a imagem das pessoas. Espero que, enquanto mulheres, possamos ser respeitadas, pois ainda temos um caminho muito longo pela frente a percorrer. Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputada Aurelina, quando acontece uma agressão dessa forma,

inclusive ao Parlamento, à democracia, à liberdade, permitindo que se passe esse tipo de informação para a opinião pública através de Blogs, há graves consequências, pois, acima de tudo, houve falta de respeito para com uma Mãe. Deputada, conheço sua história, conheço as dificuldades pelas quais passou para criar seus filhos e dar a eles uma boa formação, sei do orgulho de seus filhos pela mãe que têm, o orgulho de alguns por serem seus amigos, e sua garra por representar as mães aqui de Roraima. Essa falta de respeito que houve com Vossa Excelência não podemos aceitar, com uma mãe que se preocupa ao longo de sua vida em melhorar a qualidade de vida de pessoas que nasceram ou escolheram este Estado para viver. A senhora veio do nordeste, de um Estado extremamente pobre, conhece a realidade daqueles que mais precisam e não é com palavras desse nível que vão conseguir denegrir sua imagem como mãe, como mulher e como Parlamentar. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael – Deputada Aurelina, concordo com tudo o que meus colegas falaram anteriormente e, posso dizer que, o que mais me deixou triste nesse episódio é que, além de conhecer o seu trabalho, lhe conheço como mulher e como mãe, sou amigo pessoal de dois dos seus filhos, um foi meu colega na faculdade de direito e o outro hoje é médico, o Jean. Já fui seu eleitor e tenho orgulho disso, do mesmo jeito que tenho orgulho do Presidente Chico Guerra ter sido o primeiro candidato em que votei. Mas, o que quero dizer, Deputada Aurelina, é que conheço seu caráter e disso não tenho dúvidas. Fico lembrando de quando lhe encontrei em nossas andanças pelo interior com um chapéu de palha, sentada nas casas de pessoas humildes, procurando uma forma de contribuir com elas, com esse Estado e com esta Casa e, não me conformo com o fato de a senhora ser desrespeitada dessa maneira. E, acredito que, com certeza, essa não deve ser a opinião daquela corporação, pois eles sabem da sua participação nos projetos que os beneficiaram e conheceram o seu caráter. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputada Aurelina, primeiro, gostaria de me reportar ao fato de terem citado o Deputado Sampaio e dizer que ele não tem o menor controle sobre este Blog, muito menos sobre o que escrevem lá, principalmente, de forma apócrifa. Tenho certeza absoluta que nem ele, nem ninguém, concorda com o que escreveram, até porque ele não patrocina e nem paga nenhum pistoleiro da comunicação para viver atacando a honra das famílias e das pessoas no nosso Estado. E, quero dizer que lhe conheço desde menino e sei da sua luta como mulher, mãe, funcionária pública desse Estado, sei que é uma mulher determinada, luta para alcançar seus objetivos e cuidar bem da sua honra e da sua família e, fico muito triste quando alguém desse naipe, pois não dá nem para classificar, usa desse meio de comunicação, e existe muito isso aqui em Roraima, para atacar a honra de Vossa Excelência como mulher, Deputada, como mãe, como dona de casa. Lamento em seu nome, em meu nome, em nome de todas as mulheres do nosso Estado, em nome desta Casa Legislativa por essa covardia, por esse ato covarde e insano que fizeram contra a Senhora. Não deveríamos nem estar discutindo esse absurdo em Plenário, porque Vossa Excelência é muito maior que tudo isso que escreveram. Essa pessoa que escreveu essa mensagem deveria passar era no anonimato mesmo, pois deve ser mais um daqueles hipócritas que não sabem nem o que falam. Quero deixar meu abraço e dizer que lhe tenho o maior respeito e o maior carinho por Vossa Excelência como mulher, como mãe e como servidora pública deste Estado. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Deputada Aurelina, atentamente ouvi sua fala e o aparte dos colegas Deputados. Tudo isso é de causar indignação, não só por a senhora ser uma Deputada Estadual, pois, conheço Vossa Excelência atuando dos dois lados, tanto na oposição como na situação e, não é um canalha, um palhaço desses que vai intimidá-la com esses ataques. E, sei que Vossa Excelência não se intimida com esse tipo de coisa, mas, o que me causa indignação é o despreparo de algumas pessoas quanto ao processo democrático em que vivenciamos, ao utilizarem desses meios para atacar a honra das pessoas. Dou graças a Deus por não saber usar esse tal de Facebook e nem Internet. Essa modernização vai acabar é com o mundo, porque essas pessoas covardes que não tem coragem de assumir o que dizem, usam desse tipo de mídia para ofender as pessoas. Logo, não podemos deixar isso acontecer. Portanto, esse fato me causou toda essa revolta e indignação. Antigamente, as pessoas tinham um respeito bem maior pelo que representávamos, pude acompanhar o esforço de Vossa Excelência, do Coronel Chagas, do Deputado Sampaio para aprovar esse Estatuto da Polícia Militar que há tantos anos esperam. Vi o esforço de vocês tirando as ilegalidades, as

inconstitucionalidades para que fosse aprovado e ao invés de estarem agradecendo ao Poder Legislativo, causam um constrangimento desses. Convivo com a senhora a três mandatos e sei de sua postura e de sua forma de atuar como Parlamentar, como mãe e como mulher. Conte comigo para o que der e vier. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chico Guerra – Deputada Aurelina, tenha absoluta certeza, que repudiamos esse tipo de ataque vindo de onde veio e da forma covarde como foi feito, se escondendo atrás de um meio de comunicação que foi criado para levar informação e entretenimento. A Senhora é o segundo Parlamentar a ser atacado num prazo de menos de um ano, de modo que, nós estamos tomando todas as providências para que se descubra quem fez esse ato para que possa ser punido de forma exemplar, para que parem com tudo isso. E, não é só porque é Parlamentar não, atacam também as pessoas da sociedade todos os dias de forma covarde. Portanto, fica aqui nossa solidariedade a Vossa Excelência, a sua família e, tenha certeza que, esse tipo de ataque enfraquece a todos nós, pois se atacam uma pessoa como a Senhora que já conhecemos há muito tempo, que tem uma vida transparente, que pode ser investigada do jeito que quiserem que não vão encontrar nada que venha a denegrir sua imagem, podem nos atacar também. Mas, Vossa Excelência é muito forte, parece que com o passar dos anos vai ficando mais forte ainda e sei que vai atravessar mais esse percalço com a cabeça erguida e com a consciência de dever cumprido. Um abraço a Vossa Excelência e a sua família. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jânio Xingu – Deputada Aurilena, já é a segunda vez que a senhora é vítima desses ataques. Lembro-me muito bem que o ano passado eu, a Senhora e o Deputado Célio fomos vítimas. Eu gostei muito de uma frase que foi falada aqui: o pistoleiro da comunicação. Eu só queria explicar para Vossa Excelência, para o Deputado Chico Guerra, o Deputado Jalser Renier, para todos aqueles Deputados que fazem parte da Mesa desta Casa, que no Pará, pistoleiro é aquela pessoa que recebe dinheiro para tirar a vida de outra pessoa, mas aqui, pelo que eu entendi, o pistoleiro da comunicação recebe dinheiro para tirar a moral das pessoas. Eu peço a Vossa Excelência, como Vice-Presidente desta Casa, e por duas vezes votei em Vossa Excelência, que, de forma austera, reúna a Mesa para ver se esses pistoleiros não estão sendo pagos por este Poder. Faça isso. Era só isso que eu queria pedir a Vossa Excelência.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Obrigada, Deputado. Eu sou assim durona nas minhas posições, mas choro, me emocionou, tenho raiva, fico indignada. Às vezes, eu sinto pena, pois a piedade, talvez seja o sentimento mais presente no coração das mulheres. E, ter pena de tudo, é querer ser boazinha com todos. Então, eu tenho esse sentimento. Sempre digo que, tanto na minha vida política, como na minha vida profissional, não nasci para morrer de medo. Eu posso até ser vítima de uma bala, pelas costas, mas não nasci para morrer de medo. Agora, eu quero pedir a proteção de Deus aqui, dos bons policiais e bombeiros militares. Há muitas pessoas que tenho amizade pessoal, conheço a seriedade do trabalho de muitos. Quero pedir, Deputado Erci, a corregedoria desta Casa, providências. Já encaminhamos o pedido para identificação do anônimo, porque não sei se quem postou sabe que, mesmo tendo retirado a matéria do ar no dia seguinte, mesmo tendo vindo para cá um ofício esclarecendo a respeito de algumas das denúncias feitas pelo jornalista Edersen Mendes, veiculadas no jornal Folha de Boa Vista, eles foram infelizes, demonstrando, talvez, que as pessoas que tenham um nível de inteligência tão curto podem subestimar a capacidade de entendimento de cada um de nós. O ofício é contra o jornalista que denunciou e nega, veementemente, que tenha sido postada qualquer notícia, quando o coordenador jurídico pede providências. Eu não estou enxergando direito aqui, mas deve ser alguém da associação. A própria coordenadora geral pede que seja identificado, que sejam cancelados os referidos comentários. Eu lamento imensamente, porque a postura de um Policial Militar é exercer uma função brilhante, e guardar a nossa vida, zelar pela nossa sociedade. E, eu tenho um respeito imenso por essa categoria. A minha vida, quando eu estou dormindo, quando ando pelas ruas, está sendo velada por essa categoria. Atitudes desse tipo, que tentam fazer de conta que a gente é burro, eu abomino e, são próprias de pessoas que confiamos para depositar a minha vida, dos meus filhos, dos cidadãos, do povo de Roraima. Então, eu queria pedir de público aqui, à Secretaria de Segurança, providências, as quais estão sendo tomadas aqui, e especificamente, serão encaminhadas à corregedoria.

Quero fazer um apelo ao Comandante da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, Deputado Chagas, para que nos ajude a continuar achando que a Polícia Militar merece todo o nosso respeito. Então, eu estou pedindo aqui, de público, que zelem pelos meus filhos. Muito obrigada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, funcionários desta Casa, assistentes que nos prestigiam nesta manhã. Eu quero, em primeiro lugar, aproveitar a nossa primeira Sessão Ordinária, depois do nosso recente I Simpósio de Agricultura, para fazer uns agradecimentos. Começo agradecendo ao Presidente da Casa e a Mesa, que nos deu toda cobertura para que realizássemos tal simpósio. Aos meus companheiros da Comissão de Agricultura, na pessoa do Presidente Gabriel, da Deputada Ângela, do Deputado Brito, que não mediram esforços, se empenhando, não só no planejamento, mas na execução do Simpósio, aos funcionários desta Casa, que não vou nominar para não fazer injustiça, tanto aqueles mais afeitos e mais categorizados e experientes na organização desse tipo de evento, como aqueles que tiveram outras funções, mas igualmente importantes, a imprensa que não negou guarida a divulgação de nosso simpósio quero agradecer. E, dizer que acredito que o Simpósio cumpriu com o seu objetivo. Diferentemente do que entendiam algumas representações da Agricultura familiar, que achavam que o Simpósio em parte deveria ser para resolver problemas existentes na agricultura, quero explicar que, desde a sua concepção inicial, o propósito era tentar mostrar a realidade vivida na área da agricultura, que é, por assim dizer, a vocação do nosso Estado. Acho que o desiderato foi atingido. Levantamos aqui os gargalos, como a questão da titulação de terras que está ocorrendo, mas que precisa chegar com urgência as mãos do produtor rural, a ausência do organismo de assistência técnica, pois carecemos disso há muito tempo. E, se não dermos essas condições ao agricultor não teremos sucesso com a agricultura familiar.

A questão de infraestrutura foi também abordada. Mostramos aqui, cultura e criações que até então ainda não eram do conhecimento público, como é o caso da Psicultura, que é uma atividade que se impõe a cada dia e que terá um papel importante no desenvolvimento da nossa agricultura como força motora do desenvolvimento do Estado. Então, queria deixar a todos que participaram, as representações do interior, a todos que, de uma maneira ou de outra, participaram, nosso agradecimento. E, registrar que, no fim do Simpósio, presidíamos o último eixo do painel quando recebemos uma crítica contundente de uma das lideranças da agricultura familiar, cobrando maior participação de nós, Deputados. Devo confessar aos colegas que não me defendi, não defendi a categoria, preferi aceitar a culpa me incluindo nela. Acho que é um pecado que não me cabe julgar, uma falha da qual cada um de nós deva fazer uma reflexão, porque outros eventos virão e este Poder precisa mostrar a força que tem perante a sociedade enquanto seu legítimo representante. Dito isso, queria abordar rapidamente outro tópico. Na última Veja há uma notinha chamada “Corretores do Ar”. Há algum tempo atrás, não há muito tempo, fizemos aqui um pronunciamento estranhando e alertando sobre a questão do carbono, a retenção do carbono, e que não se estimulasse e não se continuasse tentando no desmatamento desenfreado, o que seria, mecanismo que possibilitaria cada cidadão que milita, que labuta nesta área, a se sentir motivado para fazer essa opção. No entanto, as ONG’s, os falsos ambientalistas já estavam se aproveitando disso, justamente, convencendo tribos importantes das áreas indígenas da Amazônia a aderirem, com as teses das quais têm usufruto. Mas, a fórmula é mais solerte do que imaginávamos, nada mais são do que vigaristas travestidos de ambientalistas querendo ganhar dinheiro fácil a custa das comunidades indígenas, pois não me consta que o índio seja desmatador. Ninguém é mais preservacionista do que o índio. Então, não havia o porquê de se querer fazer esse acordo. E, agora, vemos aqui que a AGU, Advocacia Geral da União, decidiu processar dois ambientalistas que tentam ficar milionários graças às tribos indígenas do Pará. A dupla conseguiu a assinatura da comunidade de trombetas e Mapoera para comercializar, com exclusividade, os créditos de carbono de 2,1 milhões de hectares das terras dos índios. O contrato de 25 anos prevê um lucro de 25% para os ambientalistas com a venda dos créditos. Então, quero deixar essa questão para reflexão de meus pares e da sociedade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Quero me juntar ao seu pronunciamento e pedir para ficarmos atentos, junto com o Governo do Estado e o Governo Federal, pois estão pretendendo demarcar mais áreas de reserva no Tucano, na Serra da Lua, para inviabilizarem a produção do nosso Estado. Só para o Senhor ter uma ideia, se nós desmatássemos tudo o que sobrou para a agricultura do nosso Estado, ainda teríamos a chance de ficar com 30% das reservas, porque 70% de nossas terras são áreas demarcadas, são áreas pretendidas e áreas vigiadas. Nós temos que ter muita atenção com essas pessoas irresponsáveis que vêm em nome dessas ONG’s para querer levar vantagem e, não podemos deixar que isso se perpetue no nosso Estado, como está acontecendo no Pará, segundo a denúncia da

Veja. Então, era esse alerta que eu queria fazer aos nossos pares e às autoridades do Estado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Obrigado pela sua contribuição. Para concluir, consta na Folha de Boa Vista de Hoje, que o Ministério Público Federal busca em forma de TAC, impedir ou reduzir as proporções de desmatamento da Amazônia. Acho louvável essa iniciativa agora, o estranho é que a sociedade brasileira e os órgãos representantes que envolve essa questão não tenham se dado conta que o desmatamento que ocorre não é o mal maior em termos de poluição ambiental, o grande problema, e para isso há as estatísticas, é que 85% da população vive nas cidades e, no nosso Estado é diferente, além de Boa Vista que abriga 2/3 da população Estadual, temos mais quatorze comunidades, que são as sedes dos municípios, sem contar outras vilas que são consideradas urbanas. Então é aí que estão os problemas, e não se atentam para isso, ficarão colocando todo o enfoque em cima daquele que quer produzir, esquecendo que os resíduos sólidos gerados nas cidades são os grandes poluentes das nossas fontes de água e das nossas cidades. Boa Vista cresce aceleradamente de forma horizontal e, faz muito tempo que eu peço que atentem para o crescimento vertical, pois todas as vezes que ocorre crescimento horizontal, favorecemos os loteamentos, mas, trazemos para as autoridades que governam uma sobrecarga enorme em relação aos serviços públicos que têm que ser ampliados, enquanto que no crescimento vertical essa questão já estaria em parte atenuado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Erci, um dos maiores cientistas que trabalhou no INPA, Aziz, morreu no início do ano e, ele questionava essa falácia dos xiitas do meio ambiente que ganham dinheiro e engessam nosso País. Há uns 15 ou 20 dias atrás, assisti a uma entrevista no programa Jô Soares com um dos grandes cientistas brasileiros dizendo que esse negócio do aquecimento global não vai ocorrer, ao contrário, esta é a década em que a terra vai ficar mais fria. Esse problema com a natureza é solucionável, o Aziz já dizia que a natureza se reconstrói, que em 10 anos toda a Amazônia muda e volta a se reconstruir. Não sou a favor que saiam por aí desmatando, mas, não se pode engessar o Estado, não se pode engessar o povo, sua qualidade de vida em detrimento de que não se pode mexer em nada na natureza. Daqui a pouco, não se pode colocar um boi no pasto sendo que um dos grandes alimentos da população brasileira é a carne de boi, animal que na Índia é preservado, mas que aqui, é o nosso alimento. O arroz, o Senhor já viu no que deu. A cana, não podemos plantar. É uma situação em que poucos ganham dinheiro em detrimento de muitos que precisam se alimentar. A centralização da população nas áreas urbanas gera muito mais poluição do que um agricultor que tem 100 hectares e desmata dez. Se fosse por isso, a Europa não existia porque há séculos se destruiu toda a natureza da de lá e nenhum rio deixou de existir. Isso não quer dizer que se você mexer nas nascentes, não vai ter problema, é lógico que vai, mas, quero colocar que há muita falácia sobre isso. Jovens capazes vêm para o Ministério Público Federal e começam a aplicar e a exigir um monte de coisas, porque eles não conhecem a nossa realidade. Eles chegam de Minas, São Paulo, Rio Grande e também não conhecem a realidade de lá, pois muitas questões surgiram antes deles nascerem. Essa garotada aí, que passa nos atuais concursos, conhecem seus Estados de origem da forma em como se encontram hoje, e não da forma que eram a 50, 60 anos atrás. O Senhor mesmo é do Sul, sabe que transformaram o Rio Grande num grande celeiro produtor de carne. No Acre, ainda há discursos dos irmãos Viana dizendo que é preciso preservar, vá do Acre à Brasileira, quadruplicaram o rebanho do Acre, e lá não há campos naturais como nós temos. Então, é aquela história do faço o que digo, mas não faça o que faço. Era isso que queria corroborar com o seu discurso que é importante para nosso Estado que pode ser penalizado se continuar como está. Nós temos áreas de campo, de mata, somos do bioma Amazônico, mas somos diferentes dos Estados da Amazônia. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua. Obrigado, Deputado Joaquim, peço a assessoria que insira o seu aparte no meu pronunciamento. E, quero chamar a atenção de todos que aqui se encontram, e da sociedade de um modo geral, pois já temos como elemento central dessa relação de conciliação de produção e meio ambiente, aquilo que foi denominado de desenvolvimento sustentável que é, sem dúvida, a solução. O homem tem que produzir, mas produzir de que forma? Respeitando o lado ambiental. Com isso, nós teremos aquilo que queremos que é a produção de alimentos para manter a população que cresce, apesar dos programas de controle de natalidade, assustadoramente no planeta. O que precisamos estar focados é para

não vermos todos os dias pessoas querendo ser ventrículos dos falsos ambientalistas, como tivemos a notícia, recentemente, de uma atriz global que teve a insensatez de pedir, em uma solenidade pública, explicitamente, à Presidente Dilma, que vetasse todo o Código Florestal. Isso como disse o comentarista. É um absurdo. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores aqui presentes. Quero cumprimentar também a sociedade roraimense como um todo e, principalmente, aos que estão nos ouvindo neste momento pelas rádios.

Após a semana do Simpósio da Agricultura, eu gostaria de estar aqui discutindo outro assunto, a revisão salarial dos servidores públicos e a realização de concurso para a Polícia Militar e para a área de saúde, pois foi aprovada nesta Casa uma lei, determinando que no máximo em um ano, a Secretaria teria que mandar para esta Casa um Projeto de Lei regulamentando os cargos para a realização de concurso público. Quero dizer também que me sinto na obrigação e no dever, até pelo respeito que tenho para com a Deputada Aurelina, pela sua história, de me posicionar com relação a este fato lamentável, a essa mensagem que foi postado em um blog da Associação de Policiais e Bombeiros, um blog que já é de conhecimento da classe política, que está a serviço não sei de quem, pois temos que tentar saber a quem esse jornalista de nome Edécio Lima serve. Eu já vim a esta tribuna e não retiro nada do que eu falei naquele momento. Não converso com ele, não cedo as pressões, ele pode falar o que quiser de mim, pois a corregedoria desta Casa está tomando as devidas providências no tocante as denúncias infundadas a minha pessoa.

Quero dizer que o meu CPF é 68371764200, o CNPJ da Associação de Policiais e Bombeiros é 05033936/0001-32, ou seja, somos duas pessoas distintas, cada um com o seu grau de responsabilidade. O site que eu sou responsável é o www.soldadosampaio.com.br, esse sim está sob minha responsabilidade.

Vou usar de um trecho da música do comediante Tiririca, música, que eu descordo, na qual ele diz: tenho um amigo com vários defeitos, mas mesmo assim, é seu amigo. Eu não compactuo com essa filosofia, não é porque é meu amigo, eleitor, que eu concordo com o desrespeito, pois conheço a história da Deputada Aurelina. Em 2001, ingressei na Polícia Militar através de concurso público, vim participar de uma Assembleia para a criação da lei nº 051, e, naquele momento, o nosso referencial nesta Casa era a Deputada Aurelina, inclusive, essa mesma entidade, como forma de reconhecimento ao seu trabalho, foi as ruas pediu voto. Eu mesmo foi as ruas pedir voto para a Deputada Aurelina, inclusive, essa decisão foi tomada em Assembleia com o Presidente à época, hoje Major Doriédson. Mesmo a minha categoria tendo um Deputado na Casa, que era o Deputado Sebastião, em reconhecimento, eu apoiei a Deputada.

Mesmo não tendo responsabilidade nenhuma, quero lamentar! Sei que a Diretoria não concorda e não compactua com isso, conheço os Diretores da entidade, boa parte deles foram meus sucessores quando sair de lá, onde fiquei por quatro anos, ou seja, dois mandatos. Agora, enquanto eu estive a frente da ASSOPM, assim com a atual gestão, sempre nos posicionamos de maneira franca e clara. Esse é o perfil da nossa entidade, para isso, fizemos vários enfrentamentos, Deputado Rodrigo Jucá, inclusive na eleição onde o seu pai concorria, disputando com o então ex-governador Ottomar Pinto. E, para fazer oposição ao Governador Ottomar neste Estado, precisava de muita coragem, assim como seu pai tem. Logo, a nossa entidade se posicionou de maneira franca.

A Entidade tem vários processos na justiça contra o atual Governo e Governos passados, mas sempre agimos de maneira clara. A associação liderou o movimento em 2009, onde o Presidente desta Casa participou da negociação. O posicionamento da entidade, mesmo enfrentando toda a estrutura do Governo do Estado, pois naquele momento todos os poderes estavam tentando desqualificar o movimento dos policiais e bombeiros, foi de assumir a responsabilidade. A sua Diretoria foi presa por vários dias dentro do quartel do exército. Talvez o pecado dessa, tenha sido ser omissa, pois não controlou os comentários, o que não justifica, e não estou defendendo. Na época que eu era Presidente, era feita uma filtragem, os comentários que saiam passavam primeiro por um crivo da direção. Quero dizer que a Deputada Aurelina tem toda razão em apurar os fatos e tem o meu apoio. Quando tive que dizer não nesta Casa, disse não, quando tive que ir para o enfrentamento em defesa do Estatuto de Policiais e Bombeiros, fui tanto eu quanto o Deputado Chagas em defesa da categoria, mas me posicionei de maneira franca, pois não compactuo com esse tipo de atitude, não é porque a associação me apoiou nas eleições de 2010... Eu apoio a atual Diretoria, também

quero deixar bem claro que a Diretoria da ASSOPM não compactua com coisas desse tipo, se ela é responsável por não ter colocado a filtagem em seus comentários, tem que ser responsabilizada.

Quero dizer também que a Deputada Aurelina não é a primeira a sofrer esse tipo de perseguição. Esse tipo de comentário repercutiu em um outro blog, com comentários tão pejorativos quanto aqueles, feitas de maneira anônima, simplesmente com o objetivo de causar intrigas. Quantas vezes aqui nesta Casa o Jornal Fonte Brasil, o qual nós não sambemos a quem está a serviço, vem maculando a imagem de parlamentares desta Casa na questão pessoal.

Não estou, em momento algum, justificando as aberrações, muito pelo contrário, abomino de forma veemente aquele comentário anônimo e covarde. Agora, quero deixar bem claro que não é o meu perfil, me posicionar de maneira anônima e covarde. O meu posicionamento nesta Casa sempre foi feito de maneira clara, eu voto no que entendo que é melhor e digo não, seja para quem for, quando entendo que não é o melhor para a sociedade. Da mesma forma acontece na associação. Estive com a Direção, assim como falou o Deputado Rodrigo Jucá, tenho certa afinidade com a entidade, pedi que tomassem providências, publicassem nota nos meios de comunicação esclarecendo os fatos, e que encaminhassem para esta Casa ofício dirigido a Deputada Aurelina explicando o posicionamento da entidade. E, peço também ao Corregedor e a Mesa Diretora que instaure um procedimento para saber qual é a real situação, se foi um policial que escreveu, ou se foi a mando de alguém. Seja quem for, tem que ser responsabilizado, inclusive a própria entidade se for comprovada sua culpa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Certamente esse é o pronunciamento mais importante que nós estamos ouvindo aqui nesta Sessão, depois do pronunciamento da Deputada Aurelina. Quando eu apartei a Deputada Aurelina, não sei se não me fiz entender bem, ou se não quiseram me entender, talvez até as duas coisas. Mas quero reforçar o que eu disse anteriormente e esclarecer talvez o que eu quis dizer, da mesma maneira que eu esclareci a Vossa Excelência em particular.

Quando eu apartei a Deputada Aurelina e citei o nome de Vossa Excelência, disse que Vossa Excelência não era o responsável pelas acusações covardes que tinham sido feitas, mas que era importante o seu pronunciamento porque talvez, para aquela instituição, nenhuma voz seja ouvida aqui dentro desta Casa como a de Vossa Excelência e, eu lhe disse isso há pouco. Uma coisa é eu vir aqui defender a Deputada Aurelina e condenar o que foi feito, uma outra coisa é Vossa Excelência fazer isso. O peso de suas palavras, da sua voz para aquela instituição é muito mais forte do que o meu. Eu tenho certeza que a sua repreensão aquele ato é muito mais forte e significativo que a minha, e até do que a de qualquer outro Deputado. Foi isso que eu quis dizer e, por isso, estava na expectativa de ouvir suas palavras. Tenho certeza que Vossa Excelência é sincero no que diz, talvez aqueles que em sua defesa me criticam, não se olhem no espelho, porque são professores na arte de pagar pistoleiros da comunicação, pistoleiro que anda sumido aqui da Assembleia para não ser intimado nas ações que responde e nos processos que foi condenado, que também não se olha no espelho porque é professor, também, na arte de assuntos não publicados em Diário Oficial. Deixo o meu respeito a Vossa Excelência e o esclarecimento para que sejam ouvidas nas minhas palavras aquilo que efetivamente eu quis dizer quando apartei a Deputada Aurelina. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Eu compreendi, Acho que Vossa Excelência já conhece o meu perfil durante esse pouco tempo de convivência, sabe que me posicione de maneira franca, sempre buscando entendimento.

Deputada Aurelina, quero dizer, em nome da Associação, em nome dos bons policiais, muito obrigado pelo apoio que a Senhora nos deu em 2001 com a criação da Lei nº 051. O Deputado Chagas tem razão, o salário estabelecido pelo Governo daquela época era de setecentos reais, foi Vossa Excelência, juntamente com o Major Doriédson, que fez todas as costuras necessárias para garantir dignidade aos policiais e bombeiros. Quero agradecer também o vosso apoio, pois na época da aprovação do Estatuto estava conduzindo esta Casa e teve a dignidade de nomear como Relatores, Deputado Damosiel, Deputado Coronel Chagas e eu, haja vista que, era de suma importância naquele momento serem ouvidos os três Parlamentares como representantes da categoria. E, quero dizer a Vossa Excelência que, quando tivemos alguns desentendimentos, foi de maneira franca e cortês, assim como na votação do Estatuto, quando Vossa Excelência intermediou uma conversa com o atual Governador para que houvesse um entendimento e foi feito um acordo e votado. Inclusive, a oposição,

naquele momento, liderada por mim, cumpriu o acordo feito com Vossa Excelência. É assim que me comporto.

Deputado Erci! Quando Vossa Excelência for fazer a nota de desagravo, eu quero ser o segundo a assiná-la.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Ainda há pouco, estava concedendo uma entrevista e falei exatamente do Senhor, que era um Deputado que tem demonstrado conosco um comportamento que eu nunca teria o direito de ter dúvida, ou de alguma forma condenar Vossa Excelência pelas posturas tomadas. Como Vossa Excelência disse, é sempre claro, tem suas posições, discutimos, conversamos e sempre, desde o começo, colocou seu apoio e nunca passaria pela minha cabeça que fizesse parte disso. Obrigada!

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Acredite, do fundo do meu coração, eu não compactuo com esse tipo de comportamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Soldado Sampaio, mais uma vez passo a lhe admirar mais, pela humildade, franqueza e pela transparência quando Vossa Excelência ocupa a Tribuna. Aqui, nós representamos um colegiado que eu diria bastante restrito. Nós somos 24 Deputados, representando os 460 mil habitantes do Estado de Roraima e, Vossa Excelência está demonstrando o seu caráter, a sua firmeza, e o respeito que mantém com este Poder e com seus membros. Então, a sua postura é de gente grande, de gente que tem dignidade e respeito ao próximo. Continue assim que, com certeza, o seu caminho será glorioso. Parabéns novamente.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Obrigado Senhores Deputados. Quero concluir, pedindo o apoio desta Casa e de Vossa Excelência para com a categoria de policiais e bombeiros militares, que merecem o nosso respeito, pois, assim como nas demais categorias, há um ou outro que tem desvio de conduta. Então, quero ressaltar que na categoria de Policiais e Bombeiros, infelizmente, nem todos são sérios, honestos, dignos, e não é só em Roraima, é no Brasil todo, é no mundo todo, em qualquer setor sempre há alguém com desvio de conduta, mas a grande maioria são trabalhadores, são pais de famílias, compromissados com a sociedade, com a segurança pública. E, vai vir para esta Casa outros projetos de interesse da categoria, de interesse da sociedade e não podemos permitir que um anônimo venha causar qualquer mal entendido entre a categoria e esta Casa, que representa a vontade do povo. Também, nesse contexto, temos três parlamentares oriundos da categoria nesta Casa que têm respeito por este Poder. Nesse sentido, quero agradecer e deixar bem claro o nosso posicionamento e continuar pedindo o apoio do Deputado Chagas e do Deputado Damosiel, ao pleito da categoria que, logo em breve, estará nesta Casa sendo votado novamente, assim como foi acordado, inclusive, com a Deputada Aurelina Medeiros, nossa interlocutora junto ao Poder Executivo. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o Grande Expediente, passamos a Ordem do Dia com a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 047/11, que “Institui o Dia do Militar Estadual Inativo”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, sei que o projeto ainda não está em discussão, mas eu gostaria de pedir vista desse Projeto.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Concedo o Pedido de Vista ao Senhor Deputado, conforme o Regimento.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, quero pedir que, no próximo Simpósio, a Assembleia Legislativa acione a sociedade para que todos participem, pois esse Simpósio não é da Comissão de Agricultura, é importante para o Estado de Roraima e, a presença dos nossos colegas Parlamentares é fundamental mas, infelizmente a ausência de alguns, deixou o plenário vazio e as pessoas nos criticaram em relação ao desinteresse dos colegas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhor Deputado, nós queremos agradecer a Vossa Excelência pela realização, pelo apoio que dá a esta Casa, a todos esses Simpósios que já aconteceram aqui. Houve um Simpósio realizado pelo Deputado Remídio Monai, que esteve à frente, um sobre a Saúde, dentre outros. Por isso, queria parabenizá-lo por sua administração e seu empenho em relação a esses eventos realizados aqui, trazendo a sociedade para esta Casa. Por isso, Vossa Excelência merece o meu agradecimento.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de

Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, convocando outra para o dia 8, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho,**

Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jaiser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 09/05/12



PROCON

ASSEMBLEIA

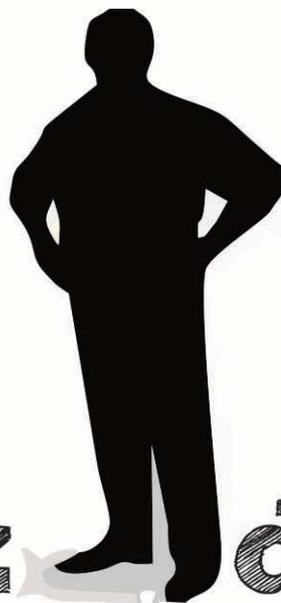


**À voz do
Consumidor**



PROCON

ASSEMBLEIA



A Voz do
Consumidor

proconassembleia@al.rr.gov.br
Fone: (95) 4009-5614